LEI Nº. 1.678/2018

DE 22 DE MARÇO DE 2018.

Prevê gratificação para Motorista lotado na Secretaria Municipal da Saúde e dá outras providências.

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabaí, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º O servidor efetivo, titular do cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, que dirija real e habitualmente ambulâncias e veículos para transporte de pacientes e seus familiares para outros municípios, fará jus a uma gratificação especial no valor de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento básico (Padrão 9 - A).

§ 1º – O servidor perderá a gratificação especial, no mês de referência, nos seguintes casos:

I – tiver falta injustificada;

II – Causar danos no veículo;

III – Sofrer qualquer tipo de punição por processo administrativo ou por sindicância.

§ 2º - A perda da gratificação ocorrerá quando da assinatura da portaria do processo administrativo que conclui pela aplicação de qualquer penalidade ao servidor.

Art. 2º Os motoristas em gozo da gratificação especial prevista no artigo anterior não terão direito a recebimento de horas extras e diárias, ficando permitido o ressarcimento de despesas, na forma a ser regulada por decreto do poder executivo.

Art. 3º A gratificação de que trata este artigo não se incorporará à remuneração do servidor para qualquer outro efeito, nem será computada para a concessão de outras vantagens.

Art. 4º Os servidores em gozo da gratificação de que trata esta lei ficam dispensados do registro de ponto eletrônico, os quais ficarão sujeitos a controle de ponto diário de responsabilidade do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, que fiscalizará o cumprimento da jornada mínima de trabalho prevista para o cargo.

Art. 5º Os servidores que perceberem remuneração decorrente de função gratificada, incorporada ou não, deverão optar entre a percepção desta ou da gratificação instituída por esta lei, sendo vedada a percepção cumulada de ambas as vantagens.

Art. 6º O motorista que deixar de dirigir ambulância, transportar pacientes ou removido de secretaria, perderá a gratificação especial prevista nesta lei.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de Dotação Orçamentária específica.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaí-RS, 22 de março de 2018.

Arsenio Pereira Cardoso
Prefeito Municipal

Marcelo Azevedo Zuanazzi
Inspetor Tributário

Registrado e Publicado.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores.

O projeto de lei anexo refere-se a concessão de uma gratificação especial no valor de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico aos motoristas lotados na Secretaria Municipal da Saúde e que exercem suas funções transportando pacientes e seus familiares.

Todos sabemos de momentos de incertezas e aflição quando algum familiar é acometido de doença que, dependendo da gravidade, necessita do transporte para outro município afim de receber atendimento médico hospitalar especializado.

Nesta hora a atuação do motorista que o veículo da Secretaria conduz o paciente e seus familiares é de suma importância não só por ter com presteza, mas também com segurança dirigir seu veículo até o hospital ou estabelecimento que prestará ao enfermo o atendimento necessário.

Também é com a experiência deste tipo de atividade, o motorista atua como elemento que acalma e tranqüiliza o paciente e seus familiares.

Desta forma, nada mais justo que se conceda a este grupo de servidores uma gratificação pelo serviço que prestam a comunidade, na maioria das vezes excedendo a suas obrigações funcionais.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei esperando contar com a colaboração do Plenário da Casa para sua aprovação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Taboão-MS, 02 de março de 2018.

Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal